

A VOZ DAS BRUXAS! A FALA DAS MULHERES DO MST DO SETOR DE SAÚDE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Ludmila Bandeira Pedro de Farias¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas mulheres assentadas e acampadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona da Mata Mineira. Como se relaciona o discurso e a participação dessas mulheres assentadas e acampadas, inseridas no Setor de Saúde do Movimento Sem Terra, a partir de suas intervenções na vida cotidiana, nas lutas, nas atividades do Setor, nas formações políticas, coordenações de espaços políticos e de direção do MST. Buscou-se analisar a inter-relação entre o cotidiano doméstico e a intervenção política no setor de saúde e a percepção dessas mulheres das mudanças ocorridas a partir do aprendizado na política pelo setor de saúde.

Palavras chaves: Setor de Saúde, MST, Participação Política.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the role of women settled and encampments of the landless worker's movement from Zona da Mata Mineira. How the discourse and participation of these women relate, inserted in the health sector from its interventions in everyday life, struggles, sector's activities, political formations, spaces coordination and intervention policy in the sector of health and their perception regarding the changes occurred from the learning process in policy of such sector.

Keywords: Health Sector, MST, Political Participation.

¹ Mestranda do PPG-Sociedade, Ambiente e Território, mestrado associado entre Unimontes e UFMG em Montes Claros. Ludmila.farias@terra.com.br

1 - Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas mulheres assentadas e acampadas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona da Mata Mineira. Como se relaciona o discurso e a participação dessas mulheres assentadas e acampadas, inseridas no Setor de Saúde do Movimento Sem Terra na Zona da Mata Mineira, a partir de suas intervenções na vida cotidiana, nas lutas, nas atividades do Setor, nas formações políticas, coordenações de espaços políticos e de direção do MST? Buscou-se analisar a inter-relação entre o cotidiano doméstico e a intervenção política no setor de saúde e a percepção dessas mulheres das mudanças ocorridas a partir do aprendizado na política pelo setor de saúde.

Não se trata de uma escolha aleatória, pois o setor de saúde vem sendo o espaço de entrada das mulheres no processo de organização dos núcleos de família. Ainda há muita invisibilidade nos estudos sobre as lutas travadas pelo acesso à terra e o papel das mulheres nessa conquista. Mais. Há ainda uma necessidade de se pesquisar a relação entre as intervenções das mulheres nos espaços de luta e as modificações a partir da produção da política nos espaços públicos no cotidiano dos assentamentos e acampamentos no que se refere à questão de gênero.

Afinal, como nos alerta Leonilde Medeiros (2008):

A percepção da condição de subordinação não é decorrência imediata da participação na luta, mas em especial da forma como essa participação se dá. Nesse sentido, torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação (MEDEIROS, 2008, p. 11).

Daí a importância de se compreender os processos de tensão a partir do cotidiano dessas mulheres para que se possam desvelar as mudanças, ainda que pequenas, mas significativas, na sedimentação dos papéis de gênero dentro dos assentamentos e acampamentos. Ainda, segundo Medeiros, as famílias assentadas reproduzem traços típicos do campesinato, como por exemplo, a produção agropecuária nos assentamentos está organizada por meio do trabalho da família e que o homem, “na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como o ‘chefe’”. Dentre as atribuições deste “chefe” estão as responsabilidades da organização,

desenvolvimento e gerenciamento da produção. Cabendo a este homem a distribuição das tarefas dentro do lote e fora dele (contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc), acumulando assim “um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder” (MEDEIROS, 2008, p. 13).

A autora reconhece que a existência dos assentamentos vem produzindo essas tensões acerca dos papéis tradicionais da mulher colocando em debate essa “naturalização” do espaço doméstico como necessariamente destinado à mulher na cultura camponesa. Essas micro modificações se dão por motivos diversos, dentre eles, as mudanças de perfil dentro dos assentamentos, na medida em que rearranjos na própria organização do movimento dos trabalhadores rurais acabam por deslocar famílias de outras regiões, travando contato com famílias assentadas pertencentes a própria localidade do assentamento. Muitas famílias passaram por muitas migrações até serem assentadas numa determinada área, tendo vivenciado variadas experiências em atividades urbanas marcadas pelo subemprego e precariedade.

Trata-se, portanto, de compreender o quanto se vem gestando nos assentamentos uma alteração na relação de dominação com relação à questão de gênero e como a própria estrutura organizativa do MST contribui para essas modificações e o quanto se mantém de reprodução das experiências de dominação.

Os setores dentro do MST representam as instâncias organizativas do movimento onde se planeja e organizam-se as demandas da luta pela terra. Saúde é condição de vida para toda sociedade, por isso sua discussão é um elemento que organiza, mobiliza e articula o MST.

O Setor da Saúde do MST prioriza: a luta pela saúde como direito humano, contribuindo na construção de um projeto popular de saúde da classe trabalhadora; constrói a saúde na perspectiva da integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas, estimuladas pelo projeto capitalista e imperialista no Brasil e no mundo; contribui na consolidação do Sistema Único de Saúde, com controle público, gestão participativa, serviços com qualidade, garantindo o protagonismo da classe trabalhadora dentro de um projeto popular para o Brasil; ressignifica saúde para além da prestação de serviços e assistência às doenças, construindo a saúde numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural.

Parte-se da hipótese de que só os sujeitos atuando de forma organizada

são capazes de modificar o meio em que vivem, assim como mudam também sua perspectiva sobre si e sua atuação junto ao coletivo em que se insere. Desta maneira, a discussão de gênero, sexo, e a hierarquia entre mulheres e homens da organização interferem na atuação política destas mulheres. Por isso o estudo do protagonismo das mulheres camponesas organizadas no Setor de Saúde se torna necessário.

A participação da mulher na vida política tem sido tema de debates constantes, sobretudo, pelos movimentos sociais. Há tempos muitas mulheres vêm se mantendo submissas ao interesse dos homens: como filha, esposa, foi criada para se submeter, sobretudo, quando amparada financeiramente pelo homem. Tal cenário de submissão foi se desenhando ao longo dos tempos, pelo fato da mulher ser considerada incapaz de assumir uma postura política, e sua participação estar restrita a esfera privada da vida. Foram destinadas à mulher, nesse contexto, as tarefas domésticas, o cuidado com a casa, com os filhos e com o marido.

Essa construção social da imagem da mulher perante a sociedade como ser incapaz, deve-se a uma cultura predominantemente masculina e machista, que ao longo dos anos, não só reforçou e ainda reforça a ideia de que existem na sociedade coisas destinadas apenas aos homens e outras às mulheres. É essa mesma sociedade que determina o que os indivíduos devem fazer e como devem se comportar, de acordo com o sexo de cada um e cada uma.

Toda uma produção discursiva, que define as funções de homens e de mulheres na sociedade, esteve pautada em distinções biológicas, ou melhor, em distinções sexuais, o que nos fomenta discussões sobre as desigualdades sociais, nelas pautadas. Com os Movimentos Feministas, mais especificamente, com a introdução do conceito de gênero nas discussões, sexo, então, assumiu outro lugar: como uma construção social. Dessa forma, para compreender o lugar e as relações estabelecidas entre homens e mulheres numa sociedade, o que importa é levar em consideração não o sexo que cada um carrega, mas sim, o que foi socialmente construído sobre os sexos.

Nesse sentido, gênero será aqui entendido como uma construção social do ser humano nas diferentes práticas, espaços e instituições; passíveis, portanto de transformação. E o sexo, como se referindo à identidade biológica de cada um/a.

Para compreensão desse processo a partir da experiência camponesa realizou-se uma pesquisa etnográfica, com observação participante,

além de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco das oito mulheres do Setor de Saúde da Região da Zona da Mata Mineira. Buscou-se resgatar a trajetória pessoal de cada uma dessas mulheres, de onde vieram, qual motivação para compor o Setor de Saúde, dentre outras questões.

Daí o título do presente trabalho: A voz das bruxas, pois há a intenção de se afirmar que estas mulheres – as bruxas, pois possuem o conhecimento da cura pelas plantas, dos preparos dos chás e xaropes -, são mulheres dotadas de um conhecimento não reconhecido por uma grande parte da sociedade.

De fato, há que se recuperar a trajetória histórica dos estudos das plantas, cujo saber e conhecimento acerca das suas propriedades terapêuticas estiveram a cargo das mulheres. Não sem razão, as “curandeiras” da idade média servirão de bodes expiatórios para o controle da Igreja por meio do Santo Ofício.

Certamente as mulheres participantes desta pesquisa são diferentes em alguns aspectos das mulheres operárias e/ou aquelas que não mantêm experiências de luta pela conquista de seus direitos. Aliado a esse ponto que as caracteriza, pode-se, ainda, destacar o contexto social e cultural que forjou essas mulheres, levando-se em conta o seu caráter de luta de cunho reivindicatório na conquista de seus objetivos.

Medeiros (2008) analisa também essas modificações no ethos camponês na reorganização familiar por conta da permanente tensão entre novos modos de vida e a manutenção de tradições, muitas postas em cheque:

O trabalhador que emerge dessas disputas é tensionado entre valores antigos e novos. Direcionar a produção mais para o mercado ou para o consumo, colocar os filhos e as filhas para ajudar na lavoura, buscar algum trabalho complementar fora, deixar as filhas migrarem (ou muitas vezes, ver sua autoridade confrontada ante o fato consumado) são alternativas que reorganizam a família e não podem ser lidas estritamente do ponto de vista da sua reprodução econômica. Há outros componentes no desenho da estratégia familiar, que envolvem rearranjos internos, disputas por capacidade de decisão, colocando o tempo todo em questão um modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero, tensionando os costumes (MEDEIROS, 2008, p. 15).

Compreender como se travam essas disputas a partir de um padrão de dominação histórico de gênero é o passo a seguir.

2 - Lava roupa todo dia... Que agonia!

Lava roupa todo dia, que agonia, Na quebrada da soleira, que chovia. Até sonhar de madrugada, uma moça sem mancada Uma mulher não deve vacilar (Luiz melodia).

Pensar a questão de Gênero e o campo rural é desafiador por se tratar ainda de um tema marcado, em que pese pesquisas realizadas, por muitas ausências informativas sobre as mulheres e o mundo rural e por uma manutenção, mesmo com as muitas mudanças, de relações de dominações históricas sobre a mulher.

Se tomarmos como base, por exemplo, o numérico de mulheres que foram beneficiárias da reforma agrária, são dados recentes que apontam uma alteração a partir da própria pressão dos movimentos sociais para que a autarquia responsável pela realização do contrato de beneficiamento da reforma agrária, o Instituto de Colonização e reforma Agrária (INCRA), começasse a priorizar a titulação pelo nome da mulher.

Em 2005, há uma orientação para que no processo de beneficiamento do casal se priorizasse as mulheres e não os homens, tentando equacionar a questão agrária as determinações constitucionais que impuseram uma igualdade no poder familiar²

Em pesquisa realizada em 2002, Carmen Diana Deere (2002) analisa e nos apresenta tabelas regionais em que é possível se verificar o numérico de mulheres beneficiárias em relação aos homens, demonstrando ainda como há muitos desafios impostos para ruptura com uma relação assimétrica e de papéis sexualmente determinados na relação no campesinato. A tabela abaixo demonstra por região o diferencial em 1996 entre homens e mulheres beneficiários da reforma agrária:

Tabela 1: Beneficiárias da Reforma Agrária por Sexo, Estado e Região, 1996 (porcentagens).

	Homens	Mulheres	S.i.	Total
Acre	81.3	14.3	4.4	100
Amazonas	78.3	16.9	4.8	100
Amapá	83.1	16.1	0.8	100
Pará	84.9	13.7	1.4	100
Rondônia	89.0	8.2	2.8	100
Roraima	81.9	17.5	0.6	100
Tocantins	90.4	8.4	1.2	100
Norte	85.0	12.7	0.3	100
Alagoas	85.7	13.7	0.6	100
Bahia	83.2	14.5	2.3	100
Ceará	91.3	8.2	0.5	100
Maranhão	88.9	14.6	1.5	100
Paraíba	82.5	16.9	0.6	100
Pernambuco	82.6	16.5	0.9	100
Piauí	86.1	13.4	0.5	100
Rio Grande do Norte	89.8	8.3	1.9	100
Sergipe	82.9	16.0	1.1	100
Nordeste	85.3	13.4	1.3	100
Espírito Santo	85.8	12.9	1.3	100
Minas Gerais	81.5	10.8	7.7	100
Rio de Janeiro	81.5	17.9	0.6	100
São Paulo	85.7	13.2	1.1	100
Sudeste	83.3	13.8	2.9	100
Goiás	90.8	8.6	0.6	100
Mato Grosso	84.7	11.7	3.6	100
Mato Grosso do Sul	86.9	12.0	1.1	100
Centro-Oeste	86.8	11.5	1.7	100
Paraná	93.3	7.2	0.5	100
Rio Grande do Sul	89.1	9.3	1.6	100
Santa Catarina	91.7	7.3	1.0	100
Sul	86.8	7.9	1.0	100
TOTAL	86.6	12.6	1.8	100

(n=157,757)

Nota: S. i. = sem informação.

Fonte: INCRA/CRUB/UnB, I Censo da Reforma Agrária (1998, p. 26).

² Ver O Setor de Gênero do MST acessível em http://base.d-p-h.info/pt/corpus_auteur/fiche-auteur-1543.html

Tabela 2: Mudanças no índice de Beneficiárias da Reforma Agrária, 1996 e 2000.

Estado	1996	2000
Nordeste		
Ceará	8.15 (n=9.191)	10.98 (n=17.753)
Paraíba	16.91 (n=3.703)	17.93 (n=8.900)
Pernambuco	16.47 (n=3.321)	16.45 (n=8.559)
Rio Grande do Norte	8.30 (n=4.098)	10.29 (n=13.619)
Sudeste		
Rio de Janeiro	17.89 (n=2.605)	22.99 (n=3.497)
Sul		
Rio Grande do Sul	9.34 (n=2.570)	9.79 (n=5.618)
Santa Catarina	7.27 (n=2.498)	9.76 (n=4.385)
Paraná	7.20 (n=3.071)	6.80 (n=11.390)

Fontes: INCRA/CRUB/UNB, I Censo da Reforma Agrária, Tabela 1.7, 1996. Entrevistas da autora Carmen Deere com superintendências do Incra; dados de registro no Sistema de Informação do Sipra de Setembro de 2000.

Quando a autora apresenta os dados de 2000 percebemos a modificação na titulação com um aumento de mulheres, mas por outro lado, Deere (2002) aponta para as interdições a essa mulher quando se trata de chefe de família. Em grande medida, a presença das mulheres como beneficiárias ainda está demarcado como um dado alternativo: na impossibilidade do homem assumir o lote (seja por idade, trabalho, aposentadoria, etc) nesse caso o INCRA opta pela titulação da esposa e/ou companheira.

Assim, para melhor análise da relação entre o setor de saúde e a participação das mulheres, faz-se necessário recuperar aqui a noção de gênero.

As discussões de gênero ganham densidade no século XX e XXI como forma de compreender, responder e superar as desigualdades entre os sexos, que segundo algumas autoras como Scott (1989), Saffioti (2004) é o que influencia nas relações sociais e de poder na sociedade naturalizando o que é social.

Segundo Scott, gênero é parte constitutiva das relações que os sujeitos estabelecem baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, “o

gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1991.) Ainda sobre gênero, a autora diz que as mudanças nas relações sócias correspondem sempre a uma mudança na representação de poder.

Scott diz que o gênero, como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as distinções percebidas entre os sexos, implica quatro elementos relacionados entre si: 1) símbolos culturais com representações múltiplas, por exemplo, Eva e Maria. Por vezes traduzem pares opostos como puro e o impuro, luz e a escuridão; 2) conceitos normativos contidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que explicitam as diferenças entre o masculino e o feminino; 3) noção rígida na representação binária dos gêneros, e; 4) identidade subjetiva de gênero estabelecendo distribuições de poder através de um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos.

Como compreender então que a dimensão daquilo que historicamente se convencionou como “feminino”, o zelo, o cuidado com o outro, possam servir de projeção para redimensionar o papel político da mulher? Como compreender que pela esfera do tradicional como o é a questão do uso das plantas, as mulheres Sem Terra venham a se reconhecer como agentes políticos na esfera pública?

Para tal, analisaremos como se organiza o processo de divisão sexual do trabalho para enfim compreendermos o Setor de Saúde como forma de empoderamento das mulheres Sem Terra.

3 - Divisão Sexual do Trabalho

A Divisão sexual do trabalho é historicamente representada entre os homens responsáveis pela produção e as mulheres responsáveis pela reprodução. Isto é incorporado de maneira naturalizada pelo fato das mulheres serem biologicamente as responsáveis pela geração dos filhos e então lhe associam as condições cotidianas necessárias para a manutenção de um lar. Nas sociedades patriarcais a separação dos trabalhos entre homens e mulheres gera uma hierarquização em que considera o trabalho dos homens melhor que o das mulheres, por isso mais valorizado.

Não se trata de uma perspectiva “imutável”, mas de uma divisão que percorre a história nas suas variantes culturais, sociais, históricas, econômicas, etc. De acordo com Danièle Kergoat (2000) “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho decorrente das

relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade.” A Divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). Enquanto que para as mulheres sobram as atividades privadas, restrita à casa (tarefas domésticas e filhos).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios norteadores: 1) o princípio da separação (existem trabalhos específicos de homens e trabalhos específicos de mulheres) e; 2) o princípio da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Kergoat afirma que estes princípios podem ser aplicados a um processo específico de legitimação. “a ideologia naturalista, este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.”

No capitalismo, em que se mantém a perspectiva patriarcal, quando uma tecnologia é para simplificar a produção assumem as mulheres, quando é para complexificar assumem os homens. Há, portanto, uma desvalorização do trabalho e dos empregos que são majoritariamente compostos por mulheres. Deste modo, as mulheres foram incorporadas ao mercado de trabalho quando foi necessário, porém como mão de obra barata para operar as fábricas do capitalismo ascendente em seu período de industrialização, assumindo os postos de serviço mais degradantes e com as piores condições de trabalho. Ainda que mulheres ocupassem o mesmo setor que os homens, elas recebiam menos pelo mesmo tempo de trabalho que eles.

O capitalismo reduz o conceito de economia à produção mercantil, ocultando todo o trabalho da mulher no espaço doméstico, seu cuidado íntimo da família. Sendo que a família também é um local de supremacia masculina, com a noção ideológica de que o trabalho do homem é mais cansativo, por isso merece o descanso durante as horas em que a mulher faz os trabalhos caseiros.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, mudou-se o modelo idealizado e vivenciado de família extensa para família mononuclear, quando também, reforçam-se ainda mais as relações de poder do homem sobre a mulher. Neste caso, quando a mulher passa a receber um salário maior que o homem, geralmente gera conflitos e violência ou separação do casal. (Cisne, 2012)

No trabalho doméstico é difícil de contar as horas, quantificar, pois as mulheres fazem muitas coisas ao mesmo tempo. Ou seja, quando está em seu lar, quando casada ela não divide suas tarefas com o cônjuge, considerando que são duas pessoas adultas e com condições semelhantes de trabalho, mas sim este lhe aumenta a carga de serviços. O patriarcado está representado nas ações domésticas, políticas e sociais, mesmo que inconscientemente e oprime consideravelmente as mulheres, aumentando ainda mais essa opressão quando somada à da classe social trabalhadora, que não seja proprietária dos meios de produção.

Nesse processo de reprodução da divisão sexual do trabalho dentro do ethos camponês, as mulheres acabam por assumir as tarefas domésticas que historicamente são destinadas a elas, bem como acabam por se inserir nos espaços mais voltados para a dimensão do zelo e cuidado, como os setores de Saúde e Educação do Movimento Sem Terra. Embora não haja um estudo que trace o perfil nacional, na Zona da Mata, as mulheres acabam por iniciar sua vida política no Setor de Saúde. As entrevistadas mencionam sua opção por verem nesse setor a possibilidade de cuidar do outro.

Não caberia a estas mulheres “bruxas” outro lugar que não o setor de saúde. Estas bruxas são reconhecidas por dispor do remédio para todos os males. Elas carregam histórias e sonhos, palavras e canções, signos e símbolos.

Dentro do setor de saúde os discursos do feminismo e do feminino se colocam de forma independente. O conceito de feminismo tem caráter político com a marca do coletivo e o discurso do feminino carrega as especificidades da mulher, suas individualidades.

4 - Um pouco de história: Gênero e MST

É importante considerar que o MST emergiu na história a partir da reivindicação de acesso à terra, e que no processo de sua organização e consolidação histórica incorporou outras lutas, como a luta por uma política própria no campo da educação em vista da construção de novos valores; a luta por novas estratégias de produção; novas relações com o meio ambiente, bem como a construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla.

A história da formação do MST se inicia em 08 de Dezembro de 1980,

quando é montada a primeira barraca no acampamento da Encruzilhada Natalino, armada por Natálio. Em 1981, inicia-se o processo de organização do acampamento que passa a ter mais de 500 famílias com aproximadamente 2000 pessoas.

Após uma organização provisória, entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981, o acampamento evoluiu para uma organização social estruturada. Entre abril e julho, do mesmo ano, os camponeses e seus apoiadores criaram processos decisórios coletivos, com diversas instâncias de consulta, bem como, realizaram atividades de formação, criando uma identidade coletiva entre os acampados.

O MST surge em 1984, fruto desta primeira ocupação de terras em Ronda Alta, município do Rio Grande do Sul. De 1981 a 1984, período ainda de resistência contra a ditadura militar, os trabalhadores rurais estavam num processo de organização dos camponeses sem terra, como também da organização política dos parceiros e apoiadores.

Nesta perspectiva da construção de novos homens e novas mulheres, o MST realiza o I Encontro de mulheres em 1995. Um primeiro espaço para organizar suas militantes e iniciar o debate de gênero. O Setor de Saúde se organiza no ano de 1998, tendo primordialmente as mulheres à frente do processo organizativo.

Resultado deste primeiro encontro nacional de mulheres, o MST discute a criação da Ciranda, espaço de formação e cuidados dos sem terrinhas, como também o espaço criado para que as mulheres pudessem militar e participar das decisões políticas do movimento.

Outra demanda importante da organização das mulheres no movimento foi a discussão de que as mulheres deveriam ser reconhecidas como “assentadas” nos lotes junto com seus companheiros, ou seja, serem responsáveis legais pelo lote, que é da família. Uma das dificuldades encontradas foi a exclusão do acesso aos créditos, que eram destinados ao assentado, que na totalidade dos casos eram os homens. Mantendo a mulher fora das decisões do desenvolvimento e produção do lote (MEDEIROS, 2008).

Um dos movimentos sociais que vem se destacando na discussão de gênero no campo é o MST. Neste sentido, pensamos ser relevante estudar as formas como o MST tem construído a noção de gênero entre seus militantes, o papel da mulher na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania, e como incorporar em seu discurso a ideia de transformar as relações de gênero no âmbito do movimento, abrindo

espaços de participação da mulher nas múltiplas instâncias de poder existentes em sua estrutura.

Há que se considerar a existência do Setor de Gênero, criado a partir das demandas concretas das mulheres organizadas no MST. Discutir o machismo, o capital e o agronegócio e suas influências no cotidiano da militância.

Para fazer todo este debate algumas questões fundamentais se colocam como, por exemplo, discutir a hierarquia de poder entre homens e mulheres dentro do MST, as questões materiais e produtivas que levam estas mulheres à luta e, por fim, como o movimento compreende e discute a noção de gênero com suas militantes e seus militantes.

5 - O campo empírico: com a palavra... Elas!

Historicamente, as mulheres que na divisão sexual do trabalho representam o papel da reprodução, também detinham o conhecimento sobre as ervas, cujo conhecimento circulava de mãe para filha na tradição oral, oposto ao pensamento moderno. Nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2007) o pensamento moderno é um pensamento abissal, que coloca em linhas distintas os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos.

A tensão existente entre a ciência e o saber popular se dá pelo que denomina Sousa Santos de “visibilidade assentada na invisibilidade de formas de conhecimento”. Ou seja, os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas não se configuram como conhecimentos relevantes ou comensuráveis porque não se encontram para além do universo do verdadeiro e do falso.

O Movimento Sem Terra resgata a importância do conhecimento camponês, do saber popular quando trás à tona os conhecimentos da saúde alternativa, da cura através das plantas e chás.

É fundamental identificar como o MST, em sua trajetória discute a participação e o papel da mulher na luta pela terra, pela Reforma Agrária e por cidadania, e como incorpora em seu discurso a ideia de que é necessário transformar as relações de gênero no âmbito do movimento, abrindo espaços de participação da mulher nas múltiplas instâncias de poder existentes na sua estrutura.

Em todas as culturas o ser humano utiliza as espécies vegetais para aliviar ou tratar suas enfermidades desde a antiguidade. Cada povo, cada

grupamento humano traz consigo conhecimentos ancestrais sobre plantas medicinais.

A promoção e a proteção da saúde dos povos são essenciais para o contínuo desenvolvimento social e contribui para a melhoria da qualidade de vida. Serviços de saúde devem estar voltados para o aproveitamento do conhecimento tradicional e a pesquisa científica da flora deve ocorrer de modo a melhorar progressivamente o sistema de saúde de um país.

Para tal, utilizamos o método de investigação da pesquisa ação, ou seja, o método de pesquisa social na qual o investigador detecta um problema em seu meio social ou laboral e busca, junto com outros atores, sua solução. Para produção da análise, realizamos também entrevistas semiestruturadas com o grupo de mulheres integrantes do Setor de Saúde da Zona da Mata Mineira.

A pesquisa foi feita nas áreas de reforma agrária na região da Zona da Mata Mineira, onde se observa como unidade de investigação e análise as relações de poder praticadas nas instâncias de representação política e tomadas de decisão, a partir da imagem que temos do feminino e masculino, dentro de uma ordem patriarcal; onde o sexo imprime uma hierarquia de poderes entre homens e mulheres, sem perder de vista que a realidade rural ainda se demarca por uma relação fortemente machista e conservadora e hierarquizada.

A pesquisa se deu com o desenvolvimento do projeto **SAÚDE EM MOVIMENTO: O uso popular das plantas medicinais e os conhecimentos fitoterápicos** desenvolvido no Assentamentos Olga Benário, em Visconde do Rio Branco e no Assentamento Dênis Gonçalves, localizado na cidade de Goianá. Conseguimos realizar encontros e grupos focais com as mulheres dos dois assentamentos da região.

Assim, a pesquisa-ação foi desenvolvida a partir da realização de atividades vinculada às metas, quais sejam: reuniões dos coletivos de saúde das áreas, oficinas de uso de fitoterápicos e outras terapias alternativas. Foram ministradas oficinas nas duas comunidades, com diversos temas: feminismo, o conhecimento de plantas populares, cuidados coletivos, geração de renda e participação política (qual o papel da mulher nos setores).

Parte desta pesquisa se deu através da observação participante, uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade.

A partir da etnografia e das perguntas semiestruturadas procuramos fazer um resgate histórico das mulheres organizadas no setor de saúde, de onde vieram, como viviam antes de entrarem para o MST e como se deu sua inserção no setor.

Cabe dizer aqui que essas mulheres antes de se inserirem no setor de saúde estavam em suas vidas cotidianas, sem inserção política em algum espaço do Movimento Sem Terra. É um grupo composto de mulheres que migraram de outras duas regiões de Minas Gerais, com conhecimentos distintos. Algumas são da região da Zona da Mata, outras vieram do Vale do Rio Doce e outras, ainda, do Sul de Minas.

Foram entrevistadas ao todo 5 mulheres das 8 que compõe o Setor de Saúde. E que ainda contam com 2 homens que não foram entrevistados por escolha da pesquisadora. Um deles participa ativamente das atividades. Preferi aqui investigar apenas as mulheres e seus históricos de vida e luta.

Todas elas vieram do campo, assim como seus pais. Poucas tiveram tempo para ir à escola, dedicando-se aos afazeres domésticos e “femininos”.

5.1. As entrevistadas³

D. Maria

Um pouco da história de Dona Maria. Uma senhora que tem 53 anos, nascida em Governador Valadares. Estudou até a 4ª série, filha de pais trabalhadores rurais que sabem apenas ler. Nasceram e viveram na roça a vida toda.

Dona Maria foi visitar um acampamento em Governador Valadares porque o marido e o filho já tinham se cadastrado no Acampamento Padre João. Como não havia outra opção a não ser acompanhá-los, juntou-se à luta pela conquista da terra. Ficou acampada durante quatro anos em Governador Valadares até ser assentada na Zona da Mata Mineira.

Em seu acampamento, no Vale do Rio Doce fez um curso de plantas medicinais oferecido pela Universidade de Viçosa em parceria com o MST. Com o término do curso, Dona Maria foi indicada pra coordenar o seu núcleo de base. E quando veio para região da Zona da Mata, entrou para o setor de saúde, pois havia se capacitado para trabalhar com as ervas medicinais. Começou a desenvolver seu “dom” para cuidar dos companheiros e companheiras que precisam de ajuda.

³ Optei por usar nomes aleatórios, por entender que assim, não exponho demais as companheiras.

Dona Maria, que era muito doente antes do curso e tomava muito remédio “de farmácia”, aprendeu a cuidar de outros doentes, hoje coordena o setor de saúde da região da zona da mata com os conhecimentos adquiridos dentro do MST.

Rosa

Rosa tem 42 anos, também estudou até a quarta série, é dona de casa e foi acompanhar o marido na ocupação de terras em Goianá. No início não gostou da ideia de ir para uma área de ocupação, mesmo que esta área representasse parte de sua história até a juventude, pois nasceu e cresceu na fazenda ocupada. Casou-se e foi morar na cidade. Quando a ocupação aconteceu ela ouvia as notícias, pois demorou para fazer parte da comunidade. Só começou a frequentar porque o filho mais velho, que gosta de roça, insistiu muito.

Alice

A mais nova do grupo de mulheres é Alice, tem trinta e quatro anos. É mãe de três meninas e um bebezinho. Estudou até a 8ª série em Conceição do Formoso, Distrito rural da cidade de Santos Dumont/MG. Alice nasceu e cresceu no campo. Onde também se casou há 12 anos.

Alice foi acampar a convite do padrinho de uma de suas filhas que já estava acampado há algum tempo. A família inteira passou por debaixo da lona preta e hoje vive, há dois anos no Assentamento. “Viemos pelas promessas que o movimento ofereceu. De dar estudo e escola para as minhas filhas.” Alice, que hoje tem as três garotinhas na escola, junto com seu companheiro estudou no Assentamento, fez um curso técnico em Agroecologia oferecido pelo MST.

Quando morava em Conceição do Formoso, “eu cuidada das pessoas, fazia as unhas, o cabelo. Quando eu fui acampar eu vi a possibilidade de cuidar da saúde delas”. Alice fez cursos antes de entrar no MST, contribuindo nas terapias desenvolvidas pelo setor de saúde. “Desde criança eu fui cuidada com plantas, então tenho uma facilidade de ir aprendendo. Fazendo mais cursos.”

Joana

Com 46 anos, Joana sempre morou na roça. Desde muito jovem já trabalhava nas tarefas domésticas, cuidava da casa nas fazendas onde morou e trabalhou. Como tantas outras, foi para o acampamento acompanhar o

marido, no seu desejo de conquista da terra. Só conseguiu ir morar no acampamento seis meses depois da ocupação porque achava que o MST era uma turma de “bagunceiros”. “Depois que eu comecei a frequentar as festas é que eu percebi que não era nada disso”.

Joana ficou sabendo da ocupação pela rádio da cidade de Goianá, nesta época já morava na cidade junto com o marido e seus três filhos. Seu sonho era cursar medicina, como na roça não era possível aprendeu a usar as plantas para cuidar dos outros. Já inserida no coletivo de saúde Joana começou a contribuir e atuar no setor de saúde. Até hoje Joana continua atuando no setor de saúde porque traz tranquilidade e paz. “É gratificante cuidar das pessoas. Aprender a dividir, a respeitar o outro, a cuidar da alimentação...”.

D. Norma

Do município de Frei Inocência, do Vale do Rio Doce, veio Dona Norma, a mulher mais experiente. Com seus 64 anos esteve apenas 8 meses no banco da escola, que lhe conferiu a habilidade de assinar o próprio nome. Dona Norma é viúva e foi acampar sozinha no acampamento Padre João em 2010 a convite de um amigo da igreja. Desde então, passou por mais dois acampamentos no Vale do Rio Doce até chegar ao Assentamento Dênis Gonçalves em 2013. Onde é assentada hoje.

O marido não gostava do MST e não queria conhecer o acampamento, pois não gostava de roça. Quando Dona Norma entrou para o MST, já viúva, estava com depressão, não se sentia bem. “Sempre trabalhei na cozinha e conhecia das plantas, e fui aprender mais”.

Dona Norma entra para o setor de saúde pela mesma razão que as outras companheiras, uma vontade de cuidar do outro, de ajudar. E desta forma, atuando dentro do setor de saúde é que Dona Norma conseguiu sair da depressão cuidando dos outros companheiros e companheiras.

6 - Conclusão

Conseguimos a capacitação das mulheres sobre manipulação e uso de fitoterápicos e plantas medicinais da farmácia viva, assim como melhorias nos cuidados com a saúde de toda a comunidade, de modo que a própria comunidade envolvida faça uso dos produtos ali produzidos para os cuidados primários de atenção à saúde. Realizamos ainda uma oficina para a tentativa de comercialização das mudas produzidas no viveiro de plantas

medicinais, visando à geração de renda e assim fortalecer a autonomia dos grupos de mulheres.

Como resultado desse processo, ampliamos o debate a respeito do acesso ao sistema público de saúde e a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nas áreas envolvidas no projeto.

Além do que já se sabe da existência do machismo, estas mulheres do setor de saúde, através da organização e da atuação na instância que fazem parte conseguiram soltar a voz. Ou seja, são hoje militantes com uma importante atuação dentro do Setor que fazem parte. Estas cuidadoras, mulheres e militantes bruxas são também sujeitos da sua própria história, pois atuam ativamente modificando a realidade da qual estão inseridas.

As razões que levaram a mulher a um silêncio forçado são muitas, o machismo, o patriarcado, a opressão de gênero, a opressão de classe. Que espaços temos dentro da sociedade onde a classe dominante determina as relações sociais através da estrutura? Por isso os (des)valores estão de certa forma, dentro da classe oprimida.

O MST é um espaço de formação permanente que teve avanços no nível de consciência com a participação das mulheres. Porém, ainda se perpetuam comportamentos “tradicionais”. Aliás, em todas as classes sociais.

As mulheres, nas estruturas organizativas, saem dos espaços domésticos nos Assentamentos com participação efetiva na organização. Há uma mudança na relação da mulher com o espaço doméstico em que as companheiras rompem com este espaço e vão à luta. Ao mesmo tempo, vão se dando conta do seu papel no movimento. A partir disso, vão ocupando os espaços da organização dos núcleos, setores, nas direções e coordenações do Movimento.

Ao ocupar os espaços de participação política, as mulheres vão atuando na luta do MST em todos os espaços políticos. Mas são poucas as mulheres que estão nos espaços de decisão dentro do MST. Aos poucos essas mulheres bruxas, (guardiãs dos saberes da terra, especialistas nos cuidados, mães, doces e gentis, fortes guerreiras e lutadoras) precisam forjar esta participação política a partir da prática: nos espaços de relações públicas e nas discussões estratégicas.

A importância do projeto e das atividades realizadas através do setor de saúde está na ampliação do debate de gênero através da discussão política, organização das mulheres e prática com os fitoterápicos. As oficinas demandaram a prática de conhecer as plantas, cultivá-las, manejar

o remédio e ao mesmo tempo trabalhar de forma concreta a questão econômica com as mulheres envolvidas no setor. Assim como discutir sua autonomia dentro do assentamento.

Foi importante também o fato de ter sido o projeto, a metodologia, construídos com as próprias mulheres assentadas, ter dividido as responsabilidades desta formação. Ou seja, pude participar e acompanhar a elevação da consciência destas mulheres para as questões de saúde, de sua autonomia política, econômica e social.

7 - Referências

CARVALHO COSTA, Luis Flavio de; FLEXOR, G; SANTOS, R.(orgs.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Cuidados em Saúde Mental: diálogos entre o MST e o SUS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

KONDER COMPARATO, B. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

DEERE, Carmen. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 112-146. Acessível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/carmen18.htm#_ftn36.

KERGOAT, Danièle. **A propôs des rapports sociaux des sexes**. M, Paris n. 53-54 Abril-maio, 1992.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. IN: (Org.) LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na Reforma Agrária – A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

PAIXÃO, Sylvia. **A fala-a-menos – a repressão do desejo na poesia feminina**. Rio de Janeiro, Numem Editora, 1991. 1ª Edição.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004,

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo, Expressão popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS-CORPO, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos* 79. Novembro de 2007.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

CULTURA AMBIENTAL NO TERRITÓRIO CAIPIRA: HISTÓRIA E SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES DO NOROESTE PAULISTA

Fábio Fernandes Villela¹

Resumo: O texto apresenta o projeto de ensino-pesquisa-extensão intitulado: “Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista”. O projeto tem por objetivo trabalhar com a cultura ambiental do noroeste paulista – SP, do ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável. Tem como objeto o “território caipira”, construção social e identidade cultural do noroeste paulista – SP. Possui como objetivos gerais a compreensão da história e dos saberes tradicionais das mulheres do “território caipira” e como objetivos específicos, a educação de jovens e adultos (EJA), especialmente das mulheres do “território caipira”. As razões que justificam este projeto são: a inclusão produtiva das mulheres e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais e as possibilidades de ações para a inclusão produtiva das mulheres do “território caipira”. Por fim, tem como resultados esperados a articulação dos saberes com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a vivência de novos valores, o desencadeamento de ações coletivas, bem como a elevação de escolaridade associada à qualificação social e profissional, possibilitando novas aprendizagens.

Palavras-chave: Cultural Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Familiar; Território Rural Noroeste Paulista – SP; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹ Sociólogo, Professor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, e-mail: fvillela@ibilce.unesp.br